



H377

POLÍTICAS PÚBLICAS E INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA: O PERÍODO PÓS-EMBRAFILME (1993-2001)

Paula Hebling Dutra (Bolsista SAE/PRG) e Prof. Dr. Geraldo Di Giovanni (Orientador), Instituto de Economia – IE, UNICAMP

Após o desmonte do modelo de incentivo representado pela Embrafilme, que culminou com a extinção dessa empresa pelo governo Collor em 1990, inicia-se uma nova fase no subsídio estatal ao cinema: a “era dos incentivos fiscais”. Esse novo modelo é baseado em duas leis de renúncia fiscal, a Lei Rouanet de 1991, que beneficia as artes em geral, e a Lei do Audiovisual de 1993, específica para o cinema. Assim, o governo não distribui os recursos, apenas habilita alguns projetos a captarem recursos nas próprias empresas, ficando a cargo dessas decidir quais filmes financiar. Credita-se a essas leis o grande aumento do número de filmes nacionais lançados nos últimos anos. O trabalho pretende analisar a necessidade de se dar apoio governamental ao cinema, os mecanismos de financiamento que essa lei envolve e seus resultados práticos sobre a indústria. Após um início vigoroso, de abundância de recursos, desde 1999, com a queda na captação, passa-se a questionar esse mecanismo. O desinteresse atual das empresas na utilização do benefício faz com que a discussão acerca da lei tome força no governo e no senado. O resultado vem em 2001, com uma tentativa de ampliar a política governamental, com a criação de novos órgãos para incentivar e fiscalizar o setor. Finalmente é feita uma discussão sobre comércio internacional de produtos audiovisuais, discutindo números e posição dos principais países.

Lei do Audiovisual – Políticas Públicas para o Cinema – Financiamento para a Cultura